



Artigo Original

Políticas públicas para inclusão de alunos com síndrome de down

Rosalina Rodrigues de Oliveira^a

Gabriela Helena Dias Cardoso^a

Marcelo Fabiano Rodrigues^{a,}*

^aCentro Universitário Estácio de Brasília

INFORMAÇÃO DO ARTIGO

Histórico do artigo:

Aceito em 01 Junho 18

Palavras-chave:

Políticas Públicas

Práticas Pedagógicas

Síndrome de Down

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral investigar se as políticas públicas existentes atendem às demandas dos docentes no processo de ensino e aprendizagem, de alunos com Síndrome de Down, da Educação Infantil, de uma escola pública do Distrito Federal. Optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo, com a aplicação de questionário e observação em campo, na qual contamos com a participação de duas professoras do Jardim II, da Educação Infantil. A partir do evidenciado na pesquisa e nos resultados almejados constatamos a importância das Políticas Públicas para a inclusão de alunos com Síndrome de Down e as práticas educativas nas instituições de ensino, mas ficou evidente a carência de capacitação dos professores para atuar com esses alunos e também o desconhecimento deles em relação às ações que norteiam a sua prática, assim, percebe-se a necessidade de formação continuada dos profissionais que estão atuando no cotidiano escolar com esses alunos.

Keywords:

Public Policies

Pedagogical practices

Down's syndrome

ABSTRACT

This study had as objective to investigate if the existing public policies meet the demands of teachers in the process of teaching and learning, students with Down Syndrome, of Child Education, from a public school in the Federal District. We chose a qualitative research, with the application of a questionnaire and observation in the field, in which we have the participation of two teachers of the Garden II, Child Education. Based on what was evidenced in the research and the desired results, we verified the importance of Public Policies for the inclusion of Down Syndrome students and educational practices in educational institutions, but it was evident the lack of capacity of teachers to work with these students and also the lack of knowledge of them in relation to the actions that guide their practice, thus, the need for continuous training of the professionals who are acting in the school routine with these students is perceived.

Introdução

Quando se remete ao tema políticas públicas, de imediato entendemos que são leis ou normas a serem seguidas. Se forem voltadas para a Educação, logo presumimos que são ações públicas que contribuem para esse campo de grande importância para a formação de cidadãos,

tanto no que se refere aos discentes quanto aos docentes.

As políticas públicas para a educação referem-se a pressupostos que asseguram os direitos e deveres do cidadão acerca da educação, e também ao Estado de proporcionar aos indivíduos uma educação para todos. No que tange à inclusão escolar fica a cargo de garantir a

* Marcelo Fabiano Rodrigues
E-mail: gadaro02@gmail.com

inserção dos alunos com deficiência nas instituições de ensino¹. Segundo o autor, as políticas públicas são abrangentes, pois as mesmas ainda contribuem para a formação de docentes, fornecem subsídios para a prática educativa em sala de aula, auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, dentre outras.

Um dos documentos norteadores das ações dos indivíduos de grande importância do país, a Constituição Federal de 1988, determina que a educação seja para todos não importando a raça, etnia, o local onde mora. Nesse sentido também entendemos que os indivíduos que possuem um cromossomo a mais, como é o caso das pessoas com Síndrome de Down tem os mesmos direitos. Todos os indivíduos têm direito à educação de qualidade, não se deve fazer distinção, nem discriminação do que é diferente dos padrões impostos pela sociedade em que está inserido, pois nem se sabe de fato quem são os normais, se são aqueles que a sociedade aponta e diz que são, ou aqueles que afirmam que não são. Todos os indivíduos são diferentes, neste vasto planeta com centenas de seres humanos, não há um indivíduo que pense da mesma maneira que outro. Então, porque são rotulados e excluídos do meio em que estão imersos?

As políticas públicas são elaboradas com a intenção de amparar a todos, não importa quem é ou de onde veio, tanto quanto qualquer outro indivíduo deve seguir e respeitar as normas previstas nas legislações, pois elas existem para melhorar a educação do país e também a sociedade onde o indivíduo está inserido. Acreditamos que no âmbito educacional ocorra do mesmo modo, sem distinção. Professores, diretores e todos os outros protagonistas que estão neste cenário de atuação, a partir do preconizado desempenhem o seu papel do mesmo modo não importando as origens ou diferenças deste aluno, e são estes documentos que irão nortear os direitos dos cidadãos.

Existem vários documentos legais que amparam a pessoa com deficiência, porém, muitos indivíduos tampouco imaginam que existam e que lhe asseguram os seus direitos na condição de cidadãos. Dentre outros, podemos citar a Constituição Federal de 1988², Lei de

Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96³, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o Estatuto da Criança e do Adolescente⁴. Mas, vale ressaltar que não basta estes dispositivos legais existirem, eles devem ser efetivados de modo a subsidiar o trabalho docente. A partir dessas concepções indagamos: As políticas públicas existentes atendem às demandas dos docentes no processo de ensino e aprendizagem, de alunos com Síndrome de Down, da Educação Infantil, de uma escola pública do Distrito Federal?

Para a realização deste estudo traçou-se, como objetivo geral investigar se as políticas públicas existentes atendem às demandas dos docentes no processo de ensino e aprendizagem, de alunos com Síndrome de Down, da Educação Infantil, de uma escola pública do Distrito Federal. Como objetivos específicos pretendeu-se a) analisar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil; b) identificar as práticas pedagógicas utilizadas pelo professor no trabalho com o aluno da Educação Infantil com Síndrome de Down; c) verificar em quais aspectos as Políticas Públicas contribuem para a prática pedagógica do aluno com Síndrome de Down.

Portanto, acreditamos ser esta pesquisa de suma importância, pois se torna necessário saber do professor, se os documentos legais existentes atendem as suas necessidades no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Síndrome de Down. Nesse sentido, entendemos que as leis são subsídios para a educação, a partir delas vislumbramos possibilidades de mudanças, metas e objetivos para uma educação de qualidade. Não se constrói um processo de ensino e aprendizagem, somente, com a boa vontade do docente, visto que as ações educativas devem ser pautadas e desenvolvidas também com o apoio de leis que possam amparar e nortear suas ações.

Em uma sociedade onde os indivíduos, ainda são rotulados e excluídos por apresentarem alguma deficiência, é necessário conhecer e aprofundar estudos acerca dessas questões. É relevante que o futuro profissional ou até mesmo

o que está no mercado tenha conhecimentos teóricos que fundamentem as suas ações, e estes devem sempre buscar ampliá-los e modificá-los no processo de ensino e aprendizagem.

Dentre as deficiências existentes optamos pelo estudo sobre a Síndrome de Down, em razão que por vários séculos foram vistos como mongoloides, seres inaptos a aprender e sem utilidade. Com o passar dos anos e com estudos como os do Professor Reuven Feuerstein, em Israel no ano 1944, constatou que todo ser humano é modificável, comprovou-se que as pessoas que possuem essa Síndrome têm potencial para desenvolver competências e habilidades para viver em sociedade como qualquer outro indivíduo. Outro aspecto que colaborou para a escolha desta temática foi que muito antes de ingressarmos no ensino superior e estudar sobre este assunto, já existia uma curiosidade, pois muitas pessoas falavam que era a Síndrome do cromossomo do amor. Assim, surgiram inúmeros questionamentos, dentre outros, por que cromossomo do amor.

Esta pesquisa se faz necessária, devido considerarmos que as modificações na área da educação, iniciem-se pelas políticas públicas. Entendemos que esta irá proporcionar que os indivíduos obtenham um olhar mais crítico sobre as leis implantadas na área da educação, de modo que será possível observar se são suficientes, se necessitam de implementação, entre outros. Pressupondo que, o professor requer ações que complementem seu trabalho em sala de aula com os discentes, por mais que estes profissionais sejam qualificados e dedicados necessita-se de outras questões que fogem do seu domínio, ou seja, carece de outros setores para contribuir.

Desenvolvimento - a síndrome de down

A Síndrome de Down foi descrita pela primeira vez por Jean Esquirol em 1838, e posteriormente em 1846, foi a vez de Edouard Seguin relatar sobre um paciente que apresentava as características faciais de uma pessoa com esta síndrome, nomeando-o de “*idiotia furfurácea*”. Em 1866, John Langdon Down um renomado médico britânico da época, publicou um trabalho

onde descreveu as características dos indivíduos que possuíam esta anomalia genética. Este pesquisador observou pessoas que apresentavam características semelhantes e descreveu seus aspectos físicos em comum, nomeando os de mongoloides, devido acreditar que se tratavam de uma descendência oriental primitiva. Tal terminologia entrou em desuso, pois acreditavam que traziam uma conotação negativa ao povo da Mongólia⁵.

John Langdon Down obteve os créditos por sua pesquisa, devido diferenciar as características de pessoas com Síndrome de Down de pessoas com deficiência intelectual. Síndrome que leva seu nome, por causa de sua grande contribuição para o reconhecimento da mesma. Mais foi apenas em 1959 com Jerome Lejeune, que se descobriu que esta refere-se a uma anomalia genética, onde o indivíduo possui um cromossomo a mais, ou seja, 47 cromossomos em vez de 46⁶.

A Síndrome de Down é um acidente genético que pode ocorrer com qualquer indivíduo. O diagnóstico para saber se a criança terá ou não Síndrome de Down, poderá ser feito ainda no útero da mãe, por meio de uma pequena amostra do tecido fetal após a décima semana de gestação. Também poderá ser feito, posteriormente, ao nascimento do bebê, através do sangue periférico, ou seja, do sangue que circula no corpo.

Existem três casos em que pode ocorrer esta anomalia genética: a primeira é a Trissomia Simples que é a mais comum, onde o cromossomo extra situa-se no par 21; a segunda é o Mosaicismo que ocorre quando o cromossomo extra apresenta apenas em algumas células e não em todas como é o caso da Trissomia Simples; a terceira e última é a Trissomia por Translocação que acontece quando o cromossomo 21 une-se a outro cromossomo; esta união ocorre entre os dois braços longos dos cromossomos e perde-se os braços curtos, fazendo com que cada célula permaneça com 3 cromossomos em vez de dois. Um fator que amplia a ocorrência dessa deficiência são um dos genitores possuir um cromossomo a menos, ou seja, 45 cromossomos, como afirma Mantoan⁶.

De acordo com Budel e Meier⁷ as pessoas que possuem a Síndrome de Down apresentam características físicas similares como face achatada, boca pequena com a língua projetada um pouco para fora, única prega palmar, olhos amendoados, pescoço curto, entre outros. Apesar dos indivíduos que possuem esta deficiência apresentarem características semelhantes, deve ser sempre levado em consideração que estes indivíduos, também, recebem carga genética de seus genitores, ou seja, que aparentemente podem parecer iguais mais de fato não são, pois irão apresentar características de seus pais tanto físicas quanto psicológicas. Cada indivíduo que possui esse comprometimento genético é um ser humano diferente de qualquer outro e não se deve julgá-los apenas por sua aparência. Pimentel⁸ salienta que esses também se diferem na linguagem, motricidade, socialização e atividades realizadas no seu cotidiano.

Pimentel⁸ destaca outros aspectos no que se refere a esta síndrome. Ela não é transmissível e nem progressiva, pois se colocamos as crianças para fazerem os exercícios necessários pode até ser reduzida e ocorrer o aprimoramento da linguagem, motricidade, flacidez e habilidades da vida diária. O que se necessita é um investimento para que ocorra um amadurecimento no Sistema Nervoso Central, pois com isto será mais fácil o desenvolvimento e aquisição de aprendizagens. Seguindo essa linha de raciocínio, Pimentel⁸ ressalta a estimulação precoce, pois acredita-se que esta contribui para a aquisição de novos conhecimentos e possibilita a elevação do potencial cognitivo, ou seja, favorece o processo de ensino e aprendizagem desses indivíduos.

Segundo Moreno⁹ as pessoas que têm Síndrome de Down também possuem um atraso cognitivo, mas isto não significa que estas são incapacitadas de aprender. Ressaltando que, não aprendem no mesmo tempo dos outros indivíduos que não possuem essa deficiência; se estimulados e colocados em situações de aprendizagem irão aprender no seu tempo como qualquer outro ser humano. Nesta linha de raciocínio Pimentel⁸ acrescentam que quando são propostas atividades que lhe propiciem

desenvolvimento, maiores chances terão de conseguir obter autonomia para a realização de exercícios, tanto escolares quanto práticos de sua vida cotidiana.

Práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula: a aprendizagem do estudante com síndrome de down.

Nesta seção o foco central recai sobre a importância de uma boa prática pedagógica utilizada pelo professor para o desenvolvimento dos alunos com Síndrome de Down. Para Voivodic¹⁰ a educação formal ministrada nas instituições de ensino regular é de grande relevância para o desenvolvimento dos indivíduos com Síndrome de Down, pois será no ambiente escolar que irão desenvolver e adquirir as habilidades e competências necessárias para se tornarem cidadãos plenos, mas para que isso aconteça necessita da mediação do profissional da educação.

Esta autora ainda afirma, para que a educação oferecida pelas escolas possa auxiliar no desenvolvimento global dos alunos com Síndrome de Down, os profissionais da educação necessitam pensar em suas práticas pedagógicas, para que essas atinjam e contribuam para o aperfeiçoamento dos seus discentes.

Para que os alunos com Síndrome de Down consigam obter os conhecimentos fundamentais, os mediadores de conhecimento terão que promover um ensino sistemático e organizado, de forma que seja agradável aos indivíduos em questão, respeitando a individualidade de cada aluno, conforme Sampaio e Freitas¹¹. Os professores também irão proporcionar situações problema na rotina diária das crianças, com atividades lúdicas que propiciem o desenvolvimento global desses indivíduos de forma prazerosa.

Mantoan⁶ sugere que as práticas educativas utilizadas pelos docentes promovam a aprendizagem, ressaltando aspectos lógicos, afetivos e sociais dos alunos, mas para que esses sejam contemplados, os professores precisam utilizar estratégias que aproximem os eixos temáticos dos alunos, de modo que estes relacionem o tema abordado com algo do

cotidiano dos discentes. Este autor ressalta ainda que, não existem ações educativas específicas para cada deficiência; cabe ao profissional da educação reconhecer as potencialidades de cada aluno e explorá-las, para que eles assim se desenvolvam e atinjam objetivos e metas traçados em cada ano escolar. Cada indivíduo aprende ao seu tempo e ao seu modo, o que este profissional precisa fazer é favorecer os estímulos para que os estudantes desenvolvam suas inteligências, sendo assim sempre que necessário fazer as devidas intervenções para que ocorra a aquisição de habilidades e competências.

De acordo com Feuerstein¹² todo indivíduo tem predisposição para a aprendizagem, mas para que isto ocorra os estímulos devem ser acessíveis; sem incentivo não terá inteligência, o mesmo ficará a mercê da sociedade e não se tornará um cidadão crítico, não irá emergir ou interagir com o mundo e com os outros indivíduos que os cercam.

Um profissional engajado e comprometido com suas ações dentro de sala de aula não irá se preocupar, apenas, com os métodos utilizados para ensinar os conteúdos, mas também irá importar-se com a formação do indivíduo para a vida em sociedade, pois o que o aluno aprende em sala de aula, provavelmente utilizará fora dela para o exercício de sua cidadania¹³.

Mantoan⁶ segue a linha de pensamento dessa autora, pois afirma que é papel da instituição de ensino assegurar ao aluno uma formação, que posteriormente, será primordial para a sua convivência em sociedade. Também, cabe ao docente fazer com que o aluno compreenda a importância do papel da escola, tanto na sua vida acadêmica quanto na pessoal.

Outra perspectiva importante que Mantoan⁶ destaca é que em vez de estratégias, técnicas e métodos, o que os alunos anseiam são profissionais que tenham conhecimentos e que propiciem trabalhar diversas perspectivas de um conteúdo, de modo a proporcionar atividades desafiadoras que estimulem seus discentes na aquisição e compreensão dos assuntos abordados.

Avanços nas políticas públicas para a inclusão

Nesta seção abordaremos sobre as Políticas Públicas, seu histórico sobre a inclusão de pessoas com deficiência, a partir dos documentos legais: a Constituição Federal de 1988², Declaração de Salamanca de 1994¹⁴, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA⁴, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9394/96³; das contribuições teóricas de: Fernandes¹⁵ e Mazzota¹, dentre outros.

Segundo Fernandes¹⁵ as políticas públicas são medidas que visam melhorar a vida dos indivíduos, tanto no que se refere ao âmbito profissional como pessoal. As políticas públicas educacionais asseguram que a população tenha direito e acesso a uma escola de qualidade, ou seja, proporciona que todos os indivíduos se aprimorem para o exercício da cidadania. As ações legais também são guias para os indivíduos que estão imersos na área da educação, pois essas fornecem subsídios ao sistema de ensino para que garanta que todos tenham acesso e permaneçam nas instituições de ensino; assim certificando que nenhuma pessoa seja excluída ou impedida de ir à escola; subsidiando a formação docente para uma melhor prática pedagógica.

Desde a Constituição Federal de 1988² os direitos e deveres da nação brasileira são assegurados e garantidos tanto para aqueles que são ditos normais como para aqueles que apresentam alguma deficiência. Os seus artigos 205 e 208 dispõem que toda a população tem direito à educação para o seu aperfeiçoamento pessoal e profissional; e é atribuição do governo e da família de fazer com que esses indivíduos permaneçam nas instituições de ensino². Se algum aluno com deficiência necessitar de atendimento especializado, a instituição deve providenciar meios que viabilizem essa ação. Neste sentido, vale ressaltar que as escolas devem se adequar para a inclusão desses alunos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA⁴ surge para reforçar o que apregoa a Constituição Federal de 1988, como certificar de que os direitos e deveres da criança e do adolescente sejam cumpridos, pois em seus

artigos 53 e 54 frisa que a educação é um direito do indivíduo e que o Estado deve garantir. No seu artigo 58, salienta que no processo de ensino e aprendizagem os valores dos alunos e o contexto social devem ser respeitados, como é o caso dos alunos com deficiência. Em nenhum momento estes podem ser discriminados e inferiorizados, e devem sempre ser levado em consideração suas criações, para que estes se sintam incluídos no meio onde estão imersos².

De acordo com Mazzota¹, os pressupostos legais além de garantir e manter os direitos e deveres dos cidadãos, visam sanar débitos com aqueles povos que em algum momento histórico foram colocados à mercê da sociedade, como é o caso das pessoas com Síndrome de Down e de outros. Assim, surgiram documentos com esta finalidade, como a Lei no 7.853/1989, em seu artigo 1º e 2º que objetiva assegurar os direitos das pessoas com deficiência, como acesso a educação¹⁶.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien¹⁷. sugere em seu artigo 3º a universalização e a promoção da equidade no que se refere à educação, isto quer dizer, que a educação deve ser para todos não importando as diferenças, pois o Estado deve proporcionar a mesma educação a qualquer pessoa. Sendo ressaltado no 5º parágrafo deste documento, a necessidade de atender as demandas das pessoas com deficiência para assim garantir o seu acesso e permanência nas escolas e a aquisição de competências e habilidades como todos os outros alunos.

Os documentos legais norteadores para a prática educativa e imersão dos discentes no sistema de ensino, também surgiram com a intenção de modificar as ideias dos indivíduos no que se refere às pessoas com deficiência. Uma vez que muitas pessoas com uma visão errônea, os julgam seres imutáveis que se encontram em condições de incapacitados, inválidos. Cabe ao governo se organizar para criar leis que atendam às necessidades e incluam essas pessoas excluídas pela sociedade¹.

A Declaração de Salamanca elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial,

em 1994, surgiu no intuito de satisfazer as necessidades dos indivíduos, respeitando suas características e habilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (9394/1996), em seu artigo 59º ressaltava que é promulgado na Declaração de Salamanca que as instituições de ensino irão proporcionar às pessoas com deficiência, professores capacitados para auxiliá-los no processo de ensino e aprendizagem. Indica que o currículo esteja coerente com as capacidades dos alunos, além disso, aqueles que não conseguirem atingir os níveis exigidos poderão terminar em menor tempo, assim visando adequar o sistema de ensino e às necessidades dos alunos com deficiência³.

E em 17 de novembro de 2011 é promulgado o Decreto de nº 7.611¹⁸. , que tem por objetivo garantir instituições de ensino inclusivas em todos os níveis, sem discriminação e que os inseridos recebam o mesmo ensino que os demais alunos. Os pressupostos legais para a inclusão de alunos com deficiência ao longo dos anos foram ampliados e melhorados, com a intenção de assegurar que estes indivíduos excluídos da sociedade recebessem uma educação de qualidade como qualquer outro indivíduo.

As medidas legais educacionais como as que foram citadas ao longo do texto são de grande relevância, pois elas marcam a evolução de um país, no que tange a igualdade da oferta de ensino, as quais estão assegurando às pessoas com deficiência que se tornem um cidadão pleno, com igualdade de direitos como qualquer outro indivíduo.

A partir do disposto na legislação brasileira sobre políticas educacionais foi possível a criação de programas que contribuem para a inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino. O Ministério da educação em conjunto com os sistemas de ensino almejam que a inclusão escolar seja plena, para que isso seja atingindo criaram-se algumas ações educacionais.

O Programa Escola Acessível é um deles, que visa adequar as instituições de ensino, para o atendimento dos discentes com deficiência,

como os prédios, mobiliários, bebedouros, cadeiras de rodas e recursos de alta tecnologia assistiva, que são produtos com tecnologia de complexidade média ou alta que possibilitam a acessibilidade desses alunos no uso das Tecnologias de Comunicação e Informação. O que vale destacar sobre este programa é que o mesmo objetiva apenas favorecer a acessibilidade das instituições de ensino. E o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais almeja promover um atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência. Vale ressaltar que o referido programa não visa substituir o ensino regular, ele é um suporte para o mesmo. Objetivando que os discentes com deficiência permaneçam no ensino regular com igualdade de condições dos demais alunos. E para que isso ocorra necessita-se de profissionais capacitados e com estratégias inovadoras nessas salas.

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC também é uma ação do governo que possibilita as pessoas com deficiência um acompanhamento à acessibilidade e permanência no ensino regular. Este consiste em um questionário que é aplicado aos estados, municípios e Distrito Federal para verificar as barreiras que essas pessoas com deficiência enfrentam, após a aplicação desse instrumento é utilizado como subsídio para elaboração de novas políticas públicas para a inclusão desses indivíduos no sistema regular de ensino, assim favorecendo o acesso e permanência das pessoas com deficiência nas instituições de ensino regular.

Os programas supracitados surgiram na intenção de favorecer a inclusão escolar, pois esses auxiliam na inserção e permanência na escola e também acabam que não de uma forma direta, mas indireta fiscalizando se estão nas instituições de ensino.

Metodologia

A presente pesquisa tem por objetivo investigar se as Políticas Públicas existentes atendem às demandas dos docentes no processo de ensino e aprendizagem, de alunos com

Síndrome de Down, da Educação Infantil, de uma escola pública do Distrito Federal. Mas, para que esse objetivo seja atingido necessitamos traçar uma metodologia adequada ao tema em questão, pois se os métodos e técnicas não forem estabelecidos com clareza e precisão não iremos conseguir alcançar os resultados esperados.

Este estudo é de cunho qualitativo, devido Minayo¹⁹ considerar esta abordagem mais ampla, pois ela possibilita ao pesquisador dar significado e valores ao tema em questão, não restringindo as percepções do interessado sobre o tema abordado. Assim viabiliza o confronto do que ocorre na prática com a literatura estudada. Gil²⁰ corrobora com o abordado pela autora supracitada, em virtude de salientar que a pesquisa qualitativa permite um estudo mais aprofundado sobre o eixo temático em estudo, em consequência do pesquisador não ficar retido a apenas quantificar os dados e sim a compará-los tanto com o coletado na pesquisa bibliográfica quanto com o observado na prática dentro de sala de aula.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Educação Infantil do Distrito Federal. O campo de estudo foi estabelecido, em razão de conhecermos uma das docentes da instituição e o trabalho realizado por ela com os alunos que possuem alguma deficiência. A instituição possui um espaço amplo e que possibilita um maior acesso aos alunos com deficiência.

A partir da fala dos sujeitos da pesquisa e do observado, notamos que as docentes recebem um maior suporte para efetivação do seu trabalho com os alunos com Síndrome de Down. Essas afirmaram que tanto Serviço de Orientação Educacional (SOE) quanto Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecem assistência para o desenvolvimento desses alunos. E também a coordenação na medida do possível contribui para que estes discentes se incluam e desenvolvam tão como as outras crianças.

Conforme o observado na pesquisa de campo constatamos que a instituição possui uma estrutura e proposta compatível para a formação dos discentes com Síndrome de Down. Que é um diferencial para o processo de ensino e

aprendizagem desses alunos, devido ser um incentivo e apoio tanto para os discentes quanto para os docentes, pois um ambiente que propicia maior deslocamento e melhor realização das atividades contribui para o trabalho do professor e para a evolução do aluno.

A pesquisa foi realizada com duas professoras de Educação Infantil. A primeira professora, do Jardim II da Educação Infantil, tem formação inicial em Pedagogia e Pós-graduação em orientação educacional e possui 8 anos de profissão. A segunda, do Jardim II, tem formação inicial em Pedagogia e a segunda formação em Letras e possui 12 anos de profissão.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos, devido ao trabalho diferenciado que fazem com os alunos de inclusão, e principalmente com os alunos que possuem a Síndrome de Down. Utilizamos também o critério da experiência docente, assim as escolhemos por não ser a primeira vez que trabalham com alunos com deficiência, já possuem experiência em relação ao processo de ensino e aprendizagem desses e poder responder com mais propriedade acerca do tema em questão.

Os instrumentos escolhidos para a coleta de dados foram a observação e o questionário, devido consideramos estes os mais adequados em relação aos objetivos desta pesquisa. Minayo¹⁹ considerar que a observação possibilita ao indivíduo um olhar crítico e dinâmico, em razão de acreditar que este possui um conhecimento aprofundado sobre o tema, em virtude da pesquisa bibliográfica, sendo assim possível ao pesquisador comparar e analisar de forma criteriosa o apresentado pelo sujeito da pesquisa.

Na visão de Minayo¹⁹ para que a pesquisa tenha relevância é necessário a utilização de mais de um instrumento, de modo que esta não fique superficial, assim possibilitando a comparação da teoria com a prática. Em razão disto o questionário foi o outro instrumento selecionado, pois este propicia redigir os objetivos nas questões, ou seja, todos os itens do questionário estarão diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Análise e interpretação dos dados

Concepções sobre Políticas Públicas

Nesta seção apresenta-se uma análise da percepção dos sujeitos da pesquisa sobre as políticas públicas.

As docentes quando questionadas sobre políticas públicas apresentaram seu entendimento de forma superficial, restringindo essas a apenas leis criadas pelo Estado. De acordo com Fernandes¹⁵ as políticas públicas são ações, que tem por objetivo melhorar a vida dos indivíduos em qualquer ambiente que ele esteja imerso tanto no meio educacional quanto profissional e também no seu cotidiano.

A fala de uma das docentes da pesquisa nos chamou bastante atenção, quando questionada sobre políticas públicas, vejamos o que afirmou “... visam assegurar os direitos de um determinado grupo social”. Por meio desta fala podemos inferir que a mesma acredita que as ações legais são criadas apenas para um determinado público, o que de fato não é, pois essas são elaboradas com a intenção de atingir a todos os indivíduos, assim, de modo a contribuir para um melhor convívio e inserção na sociedade. As políticas públicas não são criadas exclusivamente para assegurar os direitos, também são responsáveis por garantir que os cidadãos cumpram seus deveres perante o meio que estão inseridos.

A partir do exposto no discurso das professoras, vale ressaltar a concepção de Mazzota¹, pois ele destaca que as ações legais são abrangentes e não se resumem aos direitos e deveres dos cidadãos. E quando falamos de políticas educacionais estas possibilitam a formação de docentes, o recebimento de subsídios para a prática educativa, auxílio no processo de ensino e aprendizagem, assegura a inserção e permanência dos alunos com deficiência nas instituições de ensino e entre outros. Com a fala desta autora fica evidenciado a necessidade dessas docentes conhecerem as políticas públicas, em virtude de serem ponto de apoio tanto para as ações docentes como dos

discentes, ou seja, esses carecem entender a utilidade e a interferência, que essas ações tem e podem fazer em suas vidas tanto pessoal como profissional. O entendimento quanto a esta questão não pode ficar no abstrato, apenas como uma lei tem que ser apresentado e demonstrado na rotina dos maiores interessados que são os professores e os alunos.

As docentes foram questionadas quanto à relevância das políticas públicas para a educação inclusiva. E novamente percebemos que os sujeitos da pesquisa tem um entendimento bastante raso no que tange ações legais, pois afirmaram: D1 “A importância das políticas públicas para educação inclusiva é porque delas os alunos com necessidades especiais tem garantido o acesso e a permanência desses alunos na escola”. E Já a D2 “As políticas públicas são de grande relevância, pois norteia a educação inclusiva”. Com isso entendemos que as profissionais incluem os alunos com deficiência, mas desconhecem as políticas que faz com que isso seja possível e que facilita suas ações em sala de aula. Necessitando de orientação e capacitação no que diz respeito a esse assunto, pois as políticas públicas além de garantir a inclusão desses alunos também conduz as ações dessas docentes, o que colabora para a sua prática em sala de aula.

Então, destacamos a compreensão de Mazzota¹ acerca dos pressupostos legais, pois ele entende que estes visam sanar débitos com aqueles povos que em algum momento da história foram deixados a margem da sociedade, como é o caso dos indivíduos com deficiência, por isso a relevância de elaborar ações e programas que contribuam para a inserção, permanência e formação desses alunos. Com a fala deste autor identificamos a importância do conhecimento das políticas públicas e grande perda que é para os docentes o desconhecimento destas, pois elas englobam uma série de fatores de grande relevância para o cotidiano escolar tanto do docente quanto do discente.

Com o exposto na fala das professoras, deduzimos que os profissionais necessitam de capacitação no que tange políticas públicas, que estes carecem conhecer os documentos

norteadores de suas ações e da sua área de atuação, em razão desses serem de grande relevância e suporte para suas ações dentro de sala de aula e também fornecem subsídios para adequação e efetivação da sua prática pedagógica, assim contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem dos seus discentes.

Inclusão de alunos com Síndrome de Down no processo de ensino e aprendizagem

Nessa categoria iremos discorrer acerca da inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas escolas regulares. As professoras, sujeitos da pesquisa, foram questionadas acerca da inclusão, o que elas pensam sobre esse tema. Vejamos, a D1 respondeu “Sim é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, motor e comportamental deles. É também uma oportunidade de conviver, aceitar e colaborar com as necessidades especiais dos colegas”. E a D2 “Sim, pois os alunos com Síndrome de Down gozam dos mesmos direitos que os outros ditos normais. Além disso tanto os alunos com Síndrome de Down quanto os demais podem aprender com as trocas que fazem entre si”.

Um ponto observado na fala das professoras vem ao encontro do que Sampaio e Freitas¹¹ ilustram, os mediadores de conhecimento tem que promover um ensino sistemático e organizado, de forma que seja agradável aos indivíduos em questão e que respeite a individualidade de cada um, ou seja, que estes devem conviver para aprender um com o outro e a se respeitarem. E isto ficou evidente na sala de aula das docentes, pois durante o período de aula notamos as crianças interagindo e auxiliando os alunos com Síndrome de Down, demonstrando que o convívio entre ambos é a melhor forma de extinguir os preconceitos acerca das diferenças, pois se analisarmos os indivíduos iremos perceber que temos algumas semelhanças, mas não somos iguais, somos todos diferentes.

Voivodic¹⁰ afirma que a educação formal ministrada nas escolas regulares é de grande importância para os indivíduos com Síndrome de Down, pois são nestas instituições que eles irão

desenvolver e adquirir as habilidades e competências necessárias para se tornarem cidadãos plenos. As professoras em suas respostas corroboraram a ideia da autora supracitada, em razão delas acreditarem só ser possível o desenvolvimento e convívio em sociedade dos alunos com Síndrome de Down, se eles de fato se relacionarem com os outros, pois como irão ser imersos na sociedade de forma digna se desconhecem como essa funciona e as diferenças dos outros. E esse conhecimento pode ser trabalhado e adquirido no ambiente escolar.

Percebemos a partir da fala da autora e dos sujeitos da pesquisa a seriedade e importância de ser feito a inclusão nas instituições de ensino regular. Sabemos disso, mas, necessitamos verificar na prática para constatar a magnitude dessa ação legal e também o impacto que ela causa na vida de vários indivíduos e a contribuição para a formação profissional e pessoal.

Outro aspecto sobre inclusão levantado foram às resistências encontradas para a efetivação da inclusão. E o interessante a ser ressaltado na fala das docentes é que os maiores empecilhos para a concretização dessa ação são os pais, com receios de que seus filhos sejam excluídos e maltratados no ambiente escolar e para que eles se tranquilizem e permitam a seus filhos uma educação regular é necessário o apoio da gestão e da orientação educacional.

Questionadas sobre como é abordado esse aspecto pela gestão com os pais: D1 afirmou “A gestão junto com a orientação apontam os trabalhos desenvolvidos pela escola e a necessidade da inclusão da criança com Síndrome Down”. E D2 evidenciou o mesmo apontado pela D1 afirmando que “A coordenação e a orientadora educacional conversam com os pais e falam da importância da inclusão”.

O que evidenciamos na fala dessas profissionais é o contrário da nossa percepção, pois acreditávamos que as maiores barreiras para a inserção desses alunos na educação formal fossem a sociedade e o que foi nos relatado que são os próprios pais dessas crianças. Como ficou evidente na fala das docentes: D1 “Muitas vezes a

própria família”. E a segunda docente ao ser questionada corroborou com a fala da D1 “As principais resistências para uma efetiva inclusão se encontra na família dessas crianças”. Assim, fica nítido a importância do esclarecimento de como é feita a inclusão desses alunos, os objetivos não só para os pais, mas também para a comunidade e os profissionais da educação. As informações a respeito dessa ação legal não podem ficar restritas a poucos, tem que ser divulgada a todos os interessados e envolvidos nesta questão social, devido a necessidade de se entender como ocorre esse processo e por não ser algo tão simples como consta na lei e também pelo fato de englobar toda uma sociedade.

A partir do observado no discurso das professoras concluímos que a inclusão dos alunos com Síndrome de Down está sendo feita no processo de ensino e aprendizagem, mas que ainda existem algumas lacunas a serem vedadas e melhoradas. A efetivação da inclusão só se dará de fato com um maior conhecimento e participação de todos. Não é possível resolver essa questão, apenas com ações legais necessita de capacitação e assistência aos envolvidos.

Práticas Pedagógicas

Após a verificação do conhecimento das políticas públicas e sua relevância, e a importância da inclusão dos alunos com Síndrome de Down no processo de ensino e aprendizagem. Necessitamos saber as práticas pedagógicas utilizadas pelas docentes para mediar o conhecimento dos alunos com Síndrome de Down e as dificuldades encontradas.

As docentes, sujeitos da pesquisa, foram indagadas quanto as práticas pedagógicas utilizadas para mediar o conhecimento dos alunos com Síndrome de Down e elas responderam: D1 “Trabalhos individuais com o uso de papel tamanho A3, barbante, tinta, giz de cera, lápis jumbo, materiais lúdicos e jogos em tamanhos maiores e colorido”. E a D2 “atividades lúdicas e materiais concretos”.

Feuerstein¹² salienta que todo indivíduo tem predisposição para a aprendizagem, o que

estes necessitam são de estímulos. E para que isso se torne factível as professoras evidenciaram a importância de se utilizar materiais concretos e diversificados, atividades lúdicas, jogos em tamanhos diversificados e coloridos, pois estes colaboram para o desenvolvimento das praxias fina e grossa, proporcionam o contato e manuseio da criança com o objeto, assim aproximando da realidade da mesma e também prendem e chamam a atenção dos alunos com Síndrome de Down.

Acreditamos que a utilização desses materiais diversificados e de atividades lúdicas parecem ser algo simples, mas que proporcionam um aprendizado imensurável a essas crianças e também é de grande valia para a prática educativa do mediador de conhecimento.

Na sua prática dentro de sala de aula não deve ser privilegiado apenas a aquisição de conhecimento dos alunos com Síndrome de Down, a formação para a vida em sociedade também deve ser levado em consideração, de acordo com Pinheiro¹³. A partir dos dados coletados notamos, que os sujeitos da pesquisa destacam a importância de se trabalhar com atividades lúdicas, em virtude dessas propiciar a interação dos indivíduos e também a resolução de conflitos que surgiram no decorrer da ação.

Os profissionais quando questionados sobre as maiores dificuldades encontradas para mediar o conhecimento de um aluno com Síndrome de Down ressaltaram: D1 “Gerenciar o tempo em que precisamente é necessário para trabalhar com o todo e cada um da classe”. E a D2 “Uma das maiores dificuldades é a falta de subsídios para atuação dos professores, como: palestras, cursos que amplie nosso conhecimento sobre o assunto”.

Segundo Mantoan⁶ os profissionais necessitam de técnicas, estratégias e métodos para que os alunos se desenvolvam, mas constatamos nesta pesquisa que essas não são suficientes, se os mediadores de conhecimento não tem um tempo adequado para estimular e desenvolver as competências e habilidades aos alunos com Síndrome de Down sua aprendizagem ficará com um débito.

Outro ponto que elas levantaram que é falho, e que também observamos foi que estas professoras não recebe nenhuma capacitação ou orientação para o desenvolvimento da sua prática educativa. As duas docentes pesquisadas afirmaram: D1 “Vou adequando minha prática pedagógica a realidade do meu aluno” e a D2 “A medida que as necessidades dos alunos surgem modifico minha prática em sala de aula”. A partir da fala das professoras, julgamos ser necessários momentos de capacitação e orientação, pois contribuem ainda mais para a atuação delas e desenvolvimento dos alunos. Acreditamos que quanto mais informações melhor será o processo de ensino e aprendizagem e a prática educativa, em razão de serem interligados e essenciais para a educação.

Notamos nesta pesquisa a partir do observado e da fala das docentes que elas tentam desenvolver um trabalho adequado e que propicie o desenvolvimento dos alunos, mas alguns pontos precisam ser modificados para que se realizem um trabalho de excelência com esses alunos, como a capacitação, o gerenciamento do tempo e outros que foram citados no decorrer deste estudo.

Conclusões

Esta pesquisa permitiu a constatação de que algumas fragilidades das crianças com Síndrome de Down não prejudicam o processo de ensino e aprendizagem, desde que seja estimulado e trabalhado para a aquisição de conhecimentos.

De modo que identificássemos as práticas pedagógicas utilizadas pelo professor no trabalho com o aluno da Educação Infantil com Síndrome de Down foi indispensável abordar sobre as práticas pedagógicas utilizadas e o professor reflexivo, pois estes dois pontos estão interligados, em razão de se o profissional da educação não adotar uma postura reflexiva não se torna possível a ele adequar a sua prática a necessidade do aluno. E verificamos isso na prática dos professores em sala de aula, pois eles são impelidos a averiguar as demandas do aluno para assim escolher a melhor prática educativa a

ser utilizada, sem esta análise por parte do docente não é possível à formação de cidadão plenos de autonomia e capacitados para atuação na sociedade e no mercado de trabalho.

Outro objetivo específico foi verificar em quais aspectos as Políticas Públicas contribuem para a prática pedagógica do aluno com Síndrome de Down. E para a ocorrência desse foi necessário o conhecimento dos aspectos legais e dos programas que subsidiam as ações no âmbito escolar. A partir do preconizado nos documentos legais compreendemos a relevância dessas ações para nortear as ações dos docentes em sala de aula. O que averiguamos e precisa ser de alguma forma suprido foi o desconhecimento dos profissionais em exercício quanto a essas ações e programas, e sua importância para a prática em sala de aula.

Este estudo nos proporcionou romper com alguns paradigmas no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com Síndrome de Down e verificar algumas carências tanto na formação e capacitação dos professores, quanto na elaboração de políticas educacionais. Sendo necessário o repensar das ações legais e de suas implementações, que não adianta apenas elaborar uma lei para afirmar que ela existe, necessita ir além como estudar os meios de se colocar em prática, as fragilidades e potencialidades da mesma e se realmente irá atingir e possibilitar um melhor desenvolvimento dos indivíduos envolvidos.

Para estudos futuros sugerimos a imersão nesta temática de modo mais aprofundado, indo além da percepção dos docentes, buscando as concepções dos pais dos alunos com Síndrome de Down e também a intenção dos elaboradores dessas ações, pois assim será possível identificar as fragilidades e onde deve ser alterado e melhorado para que de fato essas políticas públicas atinjam seus objetivos.

Referências

1. Mazzota, marcos j. S. Educação especial no brasil: história e políticas públicas. 5. Ed. São paulo: cortez, 2005.
2. Brasil. Senado federal. Constituição da república federativa do brasil. Brasília, 1988.
3. Ministério da educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - ldb nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: mec, 1996.
4. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069. Brasília: mec, 1990.
5. Pueschel, siegfried. Síndrome de down: guia para pais e educadores. 12. Ed. São paulo: papyrus, 2007.
6. Mantoan, maria teresa eglér. Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer? São paulo: summus, 2015.
7. Budel, gislaine coimbra; meier, marcos. Mediação da aprendizagem na educação especial. Curitiba: intersaberes, 2012.
8. Pimentel, susana couto. Conviver com a síndrome de down em uma escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis, rj: vozes, 2012.
9. Moreno, garcia. Síndrome de down, um problema maravilhoso. Brasília: corde, 1996.
10. Voivodic, maria antonieta m. A. Inclusão escolar de crianças com síndrome de down. 7. Ed. Petrópolis, rj: vozes, 2013.
11. Sampaio, simaia; freitas, ivana braga. Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. 2. Ed. Rio de janeiro: wak, 2011.
12. Feuerstein, reuven; feuerstein, refael s.; falik, louis h. Além da inteligência: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro. Petrópolis, rj: vozes, 2014.
13. Pinheiro, luciana madsen. Estou aqui professor, e agora? A educação da criança com síndrome de down. Rio de janeiro: euautor, 2014.
14. Conferência mundial de educação especial – declaração de salamanca. Assembleia geral, espanha, jun/1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em 20 de maio de 2015.
15. Fernandes, sueli. Fundamentos para educação especial. Curitiba: intersaberes, 2013.
16. Ministério da educação. Lei nº 7.853. Brasília: mec, 1989.

-
17. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Assembleia geral, tailândia, mar/1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acessado em 20 de maio de 2015.
18. Ministério da educação. Decreto nº 7.611. Brasília: mec, 2011.
19. Minayo, maria cecília de souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva* 17(3). 2017.
20. Gil, antonio carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São paulo: atlas, 2002.